

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: PESQUISANDO A TEMÁTICA NO CONTEXTO DE CINCO MESTRADOS LATINO-AMERICANOS*

Recebido em: 28/06/2012

Aceito em: 10/12/2012

*Christianne L. Gomes*¹
*Gabriela Baranowski Pinto*²
*Rodrigo Elizalde*³
*Vânia Noronha*⁴

Grupo de Pesquisa Otium: Lazer, Brasil & América Latina
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

RESUMO: Este artigo objetiva discutir as políticas públicas e sociais de lazer, verificando se a temática é pesquisada na Pós-graduação em Lazer, *Recreación* e *Tiempo libre* na América Latina. A metodologia desta pesquisa qualitativa foi composta por investigação bibliográfica e realização de entrevistas com 25 voluntários vinculados a cinco mestrados desenvolvidos em quatro países: Brasil, Costa Rica, Equador e México. Todos os entrevistados salientaram a relevância da temática, mas, ela não vem sendo estudada na maioria dos mestrados investigados. Destaca-se a importância de aprofundar conhecimentos sobre o tema, reconhecendo o lazer como um campo relevante, mobilizador de intervenções estatais e integrante das agendas políticas governamentais. Assim, ampliar os estudos e pesquisas sobre as políticas públicas e sociais de lazer é um desafio que se coloca para as cinco propostas formativas estudadas.

PALAVRAS CHAVE: Política Social. Educação de Pós-Graduação. Atividades de Lazer.

* O conteúdo deste artigo integra a pesquisa “Formação de Recursos Humanos para área do Lazer na América Latina”, realizada com o apoio do CNPq, Fapemig e Ministério do Esporte e concluída em 2012. Além dos autores deste artigo, participaram da pesquisa: Fernando Tabares, Víctor Molina, Juliana Schirm Faria, Ana Carolina Ribeiro e Joyce Kimarce Pereira.

¹ Pós-doutora em Ciências Políticas e Sociais (UNC/Argentina). Doutora em Educação (UFMG). Professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG e Pesquisadora da Fapemig/PPM.

² Mestre em Lazer (UFMG). Professora dos Cursos de Licenciatura em Educação Física, Graduação Tecnológica em Eventos e Bacharelado em Turismo na Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte.

³ Pós-doutorando em Geografia (UFMG). Doutor e Mestre em Educação (UB/Chile). Especialista em Educação Ambiental (UNED/Espanha). Psicólogo (UB) e músico. Professor substituto na UFMG.

⁴ Doutora em Educação (USP) e Mestre em Educação (UFMG). Professora no curso de Educação Física da PUC Minas.

**PUBLIC POLICIES OF LEISURE: RESEARCHING THE ISSUE IN THE
CONTEXT OF FIVE LATIN AMERICAN MASTERS**

ABSTRACT: This article aims to discuss social and public policies of leisure, checking if the topic is researched in five Master Degree realized in Latin America. The methodology of this qualitative research consisted of a bibliographical research and interviews with 25 volunteers from five Postgraduate courses on Leisure developed in four Latin American countries: Brazil, Costa Rica, Ecuador and Mexico. All interviewees highlighted the relevance of the theme, but it has not been studied in most courses investigated. It was highlight the importance of to deepen knowledge on the subject, recognizing leisure as a relevant field. Other aspect noted was linked the relevance of leisure forms part of the State intervention and the government policy agendas. So expand the studies and research on social and public policy of leisure is a challenge for the five formative proposals studied.

KEYWORDS: Public Policy. Education Graduate. Leisure Activities.

Introdução: Contextualizando a pesquisa

Este artigo apresenta alguns resultados de uma pesquisa mais abrangente que focalizou cinco propostas de mestrado em Lazer, *Recreación e Tiempo Libre* realizadas em quatro países latino-americanos: no Brasil, na Costa Rica, no Equador e no México. O presente texto foi dedicado à temática das políticas públicas e sociais de lazer e objetiva compreender se esta temática vem sendo estudada e pesquisada no contexto dos cinco mestrados investigados, que são os seguintes:

- *Universidad Regional Miguel Hidalgo (URMH)*, México: Em 1997 foi criada a *Maestría en Recreación y Administración del Tiempo Libre*, a primeira no México sobre esta temática. Este mestrado profissional é o mais antigo entre os cinco que foram estudados na pesquisa.
- *Universidad YMCA*, México: A *Maestría en Recreación* tem enfoque profissional e foi criada em 2004 de modo articulado com dois cursos de Especialização sobre a temática, os quais constituem as linhas de pesquisa do mestrado: *Recreación laboral* e *Recreación Turística*.

- *Universidad de Costa Rica (UCR)*, Costa Rica: Foi em 2004 que a UCR aprovou a criação da *Maestría Profesional en Recreación*, como iniciativa pioneira no país. A primeira turma de mestrandos foi iniciada em 2005.
- *Escuela Politécnica del Ejército (ESPE)*, Equador: A *Maestría en Recreación y Tiempo Libre*, com enfoque profissional, foi iniciada em 2006. Atualmente, esta é a única possibilidade formativa em nível de pós-graduação, desenvolvida no Equador sobre a temática.
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil: O Mestrado em Lazer tem enfoque acadêmico, foi aprovado em 2006 e a primeira turma ingressou em 2007. O doutorado também passou a ser oferecido em 2012 e, atualmente, a denominação do o mestrado é “Estudos do Lazer”.

A pesquisa realizada no contexto dessas cinco propostas formativas teve enfoque qualitativo e seguiu os aspectos metodológicos que foram propostos por Laville e Dionne (1999) para este tipo de abordagem. Como ponto de partida, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica por meio do estudo de livros e também de outras publicações relacionadas à temática investigada, procurando contemplar produções bibliográficas nacionais e estrangeiras.

No segundo momento, buscou-se enriquecer a pesquisa com entrevistas, as quais foram realizadas com 25 voluntários vinculados às cinco instituições estudadas. Em cada proposta foram entrevistadas cinco pessoas: o coordenador, dois professores, um estudante e um egresso. Os entrevistados foram sugeridos pelos próprios coordenadores e as entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado. Esta estratégia possibilitou, quando necessário, remodelar as perguntas e acrescentar outras à medida que as informações eram recebidas (TRIVIÑOS, 1987).

Todas as entrevistas foram realizadas individualmente no período de fevereiro a abril de 2011 e, com a concordância formal dos entrevistados (expressa no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), os depoimentos foram gravados. Posteriormente,

foram transcritos na íntegra conforme a língua dos entrevistados. Por isso, os relatos em espanhol estão destacados em formato itálico.

Como poderá ser verificado em alguns depoimentos contidos neste artigo, embora nos países latino-americanos de língua espanhola seja majoritário o uso das palavras *recreación* e *tiempo libre*, o termo *ocio* já começa a fazer parte das discussões acadêmicas empreendidas na região. Mesmo que os relatos em espanhol não tenham sido traduzidos para o português, cabe esclarecer que a palavra “lazer” foi priorizada neste texto como recurso para indicar o campo pesquisado de uma forma geral, evitando gerar confusões e imprecisões conceituais entre os diferentes termos utilizados.⁵

Para preservar o anonimato de cada entrevistado/a foi adotada a seguinte estratégia: ao final dos trechos extraídos dos depoimentos foi utilizado um código nomeador para cada sujeito, iniciado pela letra E (que corresponde a entrevista), seguida do envolvimento daquela pessoa com o mestrado, expresso pelas opções C (coordenadores), P1 ou P2 (professores), E (estudantes) ou EG (egressos). Em seguida, foi indicado o país do mestrado ao qual se vincula na pesquisa, sendo B de Brasil, E de Equador, CR de Costa Rica, M1 de México/URMH e M2 de México/YMCA.

As informações foram organizadas e analisadas por meio da construção iterativa que integra a estratégia de análise de conteúdo especificada por Lavelle e Dionne (1999). Dessa forma, a análise foi construída passo a passo – com reflexão e interpretação dos dados coletados durante todo o processo de pesquisa.

Este artigo foi dividido em três partes principais. Inicialmente, foi desenvolvida uma discussão sobre políticas públicas e políticas sociais de lazer, procurando pontuar alguns desafios e perspectivas latino-americanas.

⁵ Como este texto não pretende realizar uma análise conceitual sobre os termos lazer, *recreación*, *tiempo libre* e *ocio*, sugere-se consultar o segundo capítulo do livro publicado por Gomes; Elizalde (2012) para ampliar a discussão.

Em seguida, na segunda parte, busca-se compreender se esta temática vem sendo pesquisada nos mestrados investigados. Posteriormente, é analisada a importância dos estudos e pesquisas sobre políticas públicas de lazer na região latino-americana – levando-se em conta, sobretudo, o ponto de vista dos entrevistados. O artigo é finalizado com algumas considerações que articulam e complementam as discussões empreendidas no texto.

Políticas públicas e políticas sociais: Desafios para o lazer na América Latina

Como sublinha Almeida (2002), as políticas públicas implementadas na América Latina desde a década de 1980 são objeto de intenso debate, o que amplia substancialmente o interesse de instituições financeiras e organismos internacionais pela “questão social” latino-americana. Desse modo, a definição de agendas políticas e a indicação de reformas na área social acabam se vinculando a empréstimos e apoios financeiros, como tentativa para superar as crises cíclicas e constantes que têm caracterizado a situação regional nas últimas décadas. Em muitos casos, isso se traduz na implementação de políticas públicas exógenas, mecânicas, economicistas e assistencialistas, as quais são pensadas para essas realidades específicas.

Em vários países latino-americanos, a crise econômica⁶ e a mudança na perspectiva de desenvolvimento conduzida pelo Estado vêm sendo ampliadas, o que ocorre paralelamente ao avanço da hegemonia neoliberal e às exigências de ajustes macroeconômicos impostas por credores internacionais, aumentando de forma

⁶ No que se refere ao aspecto econômico, a condição brasileira atual é caracterizada por um significativo crescimento, o que coloca o país numa posição destacada não somente na América Latina, mas, em todo o mundo. Entretanto, mesmo que nos últimos anos os governos brasileiros tenham adotado políticas e ações voltadas para a superação da pobreza material extrema de muitos de seus cidadãos, este país ainda é marcado por intensa concentração de renda e desigualdades sociais, assim como acontece em praticamente todos os demais países latino-americanos.

significativa as desigualdades sociais na região. Isso é agravado, via de regra, pelos complicados processos de transição democrática verificados em diferentes países latino-americanos (ALMEIDA, 2002).

O balanço das décadas de 80 e 90 na América Latina é desanimador: crescimento econômico inexistente ou muito modesto e cíclico; concentração de renda cada vez mais intensa e perversa; aumento importante dos níveis de desigualdade, do número de pobres e da exclusão social, com crescentes limitações ao desenvolvimento e à superação dessas condições de pobreza [...]. (ALMEIDA, 2002, p.24)

Essa situação, inevitavelmente, agrava as desigualdades sociais no campo do lazer em toda a região latino-americana. Sabe-se que diversos países da região reconhecem, constitucionalmente, o lazer (ou termos correlatos em espanhol) como um direito social⁷, tais como Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela (RAMOS, 2012). Entretanto, como salienta Telles (2006, p.71), “[...] a existência formal de direitos não garante a existência de um espaço público e dessa sociabilidade política que a prática regida pela noção de direitos é capaz de criar.”

Em outras palavras, pode-se dizer que a efetivação do direito ao lazer está diretamente relacionada com a existência de políticas públicas e sociais que busquem contemplar as diferentes necessidades de toda a população. Mas, o que significam os termos política, política pública e política social?

Para Amaral (2004, p.181), política “[...] refere-se ao exercício de alguma forma de poder, com suas múltiplas consequências.” A autora salienta que esse poder significa

⁷ A clássica categorização que distingue os direitos dos cidadãos em civis, políticos e sociais, tal como foi proposto por Marshall, considera como direito social aquele que permite “participar por completo da herança social, levando a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões prevalecentes na sociedade em que está inserido.” (MENICUCCI, 2006, p.138). Mesmo que a prerrogativa “ser civilizado” requeira reflexões e questionamentos, reconhecer o lazer como um direito social significa que todo cidadão tem o direito de usufruir o patrimônio sociocultural, material e simbólico produzido ludicamente em cada contexto histórico-cultural-social.

um grupo de pessoas tomando decisões coletivas de comum acordo, ainda que haja conflitos e divergências. As políticas públicas, por sua vez, compreendem o conjunto de decisões e ações relativas à alocação de poderes, devendo comprometer-se com o bem-estar coletivo.

Segundo Souza (2006, p.24), a expressão política pública pode ser entendida e conceituada a partir de diferentes enfoques:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Tendo em vista a multiplicidade de compreensões e de abordagens sobre políticas públicas, Souza (2006) assinala alguns de seus elementos principais, que são aqui sintetizados:

- Embora seja materializada através dos governos, a política pública envolve vários atores e níveis de decisão. Além disso, ela não se restringe aos participantes formais, já que os informais também são importantes.
- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, ele faz.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional e visa o alcance de determinados objetivos.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma ação de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes à sua proposição, ou seja, implica implementação, execução e avaliação.

Höfling (2001) elucida que as políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais, mas, em termos de implementação e de manutenção, elas são de

responsabilidade do Estado. Isso acontece a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.

A autora também chama a atenção para as diferenças e articulações estabelecidas entre Estado, governo e política pública:

[...] é possível considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período. Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação” (Gobert, Muller, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. (HÖFLING, 2001, p.31)

Entendidas assim, as políticas públicas de lazer são uma das múltiplas ações a serem realizadas pelo Estado, o que envolve diversos sujeitos, grupos e instituições públicas, privadas ou do chamado terceiro setor. Contudo, como adverte Marcellino (1996), nem sempre a ressonância social do lazer é reconhecida, seja no setor público e até mesmo nos meios acadêmicos, principalmente, quando está em jogo a liberação de recursos. Segundo o autor, apesar da sua relevância, as políticas públicas de lazer são frequentemente relegadas a um segundo plano.

De acordo com Menicucci (2006), somente por meio da construção do lazer enquanto um problema a ser enfrentado pelas sociedades, ou seja, como uma questão que mereça a intervenção governamental ativa, é que se tornará possível estabelecer políticas públicas e sociais direcionadas a este setor. Fundamentando-se em Meny e Thoenig, a autora (MENICUCCI, 2006, p.141-142), destaca que um programa governamental deve conter as seguintes características:

(i) a existência de um conteúdo; (ii) um programa que articula ações em torno de eixos específicos; (iii) uma orientação normativa que expressa finalidades, preferências e valores e tende para objetivos específicos; (iv) um fator de coerção, dado que a atividade pública se impõe em função da legitimidade decorrente da autoridade legal; e (v) pelo seu alcance, no sentido de que tem a capacidade de alterar a situação, os interesses e os comportamentos de todos que são afetados pela ação pública.

A participação dos distintos segmentos da sociedade neste processo é imprescindível, uma vez que cabe às populações reivindicar programas, projetos e ações que possibilitem o suporte político e a legitimidade de uma política pública e social de lazer. Tal desafio engloba diferentes aspectos, entre os quais são destacados por Menicucci (2006):

- Parâmetros norteadores da política (conceitos adotados, visão sobre o lazer).
- Garantia do acesso, utilização de espaços e de equipamentos.
- A abordagem das ações, que pode ser focalizada ou mais abrangente.
- Ênfase setorial ou transversal e formas de integração com outros setores.
- Possibilidades de englobar atividades e conteúdos diferenciados.

No que se refere à política social, geralmente esta expressão é entendida como o conjunto de diretrizes, orientações, critérios e delineamentos condizentes à preservação e elevação do bem estar social, buscando que esses benefícios alcancem todos os membros da sociedade com a maior equidade possível. No entanto, existe uma diversidade de definições de política social que demarcam posições diferenciadas quando se leva em conta seus objetivos, extensão e limites (MAINGON, 2004).

O autor agrupa as compreensões de política social em dois tipos específicos. Primeiro estão aquelas que se limitam aos programas de bem-estar social e as políticas que sustentam ou conformam esses programas. Segundo este entendimento, “política social” faz referência a um conjunto de medidas que contribuem com o melhoramento de uma situação determinada. Portanto, são políticas transitórias e seus objetivos são

diminuir ou regular os embates das políticas econômicas. De acordo com essa perspectiva, a política social relaciona-se com as distorções da política econômica, tendo assim um caráter assistencial e uma função residual. Uma segunda concepção considera que a função principal da política social é a redução e eliminação das iniquidades sociais através da redistribuição dos recursos, serviços, oportunidades e capacidades. Este conceito inclui todas as atividades que contribuem com a saúde, educação, lazer, assistência pública, seguridade social e moradia da população, e também aquelas que afetam, em geral, a distribuição e redistribuição dos recursos materiais e sociais, como discutido por Maingon (2004).

Almeida (2002, p.25), no entanto, menciona que existe uma falta de clareza conceitual sobre o que é uma política social, o que tem permitido “[...] que se identifique como tal qualquer política que tenha por objeto ‘problemas sociais’, ‘independente dos juízos valorativos sobre a ordem social que subscrevem’ [...]”. Desse modo, inclui-se nesse rol qualquer ação assistencialista ou focalizada para os “pobres”, “mais carentes” e “necessitados” com o argumento de superar desigualdades. Isso ocorre mesmo quando se busca apenas mitigar os impactos nocivos de outras políticas que nada oferecem em termos de justiça social. Segundo as palavras do autor, esta é a “[...] melhor forma de superar as enormes desigualdades evidentes na região latino-americana, historicamente acumuladas é verdade, mas dramaticamente exacerbadas nas duas últimas décadas que encerraram o longo (e intenso) século XX” (p.25).

As políticas sociais dizem respeito, portanto, a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado. Como esclarece Höfling (2001), em princípio, elas se voltam para a redistribuição dos benefícios sociais visando à

diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Ceja-Mena (2004) complementa essa discussão quando argumenta que as políticas sociais representam uma possibilidade para que o Estado construa uma sociedade unida e equitativa por meio de estratégias e políticas concretas, as quais almejam uma maior equidade e integração social. Neste sentido, uma política social tem como principal finalidade facilitar a convergência entre os interesses individuais e os interesses comuns da sociedade.

As políticas sociais e suas expressões programáticas, entendidas num sentido amplo, incluem intervenções setoriais clássicas (educação, saúde, lazer, seguridade social, moradia, infra-estrutura básica, etc.) no sentido de desenvolver ações focalizadas na pobreza material. Além disso, elas também precisam incorporar as intervenções governamentais e estatais destinadas a promover o trabalho e garantir a proteção social em face de outras problemáticas sociais (REPETTO, 2005).

Em outras palavras, as políticas públicas comprometidas com a concretização de direitos sociais – tais como o lazer – assumem o caráter de políticas sociais. Este aspecto se torna relevante, sobretudo, em realidades cujas desigualdades sociais são alarmantes e expõem níveis absurdos de iniquidades, como é comum na América Latina.

Apesar dos posicionamentos distintos e conflitantes quanto à política pública e política social, nesta pesquisa considera-se que ambos os termos são adequados para o tratamento do assunto quando se pensa nos interesses coletivos e na busca do bem comum em cada sociedade.

Neste sentido, a temática das políticas públicas e sociais contempla uma multiplicidade de saberes sobre princípios, diretrizes, estratégias e ferramentas essenciais para a concretização do lazer como um direito social. Este processo envolve vários sujeitos, instâncias e níveis de decisão comprometidos com determinados interesses e se efetiva por meio de programas, projetos e ações setoriais implementadas pelo Estado.

Em face das considerações sobre a temática das políticas públicas e sociais de lazer no contexto latino-americano, indaga-se: será que essas questões vêm sendo problematizadas nos cinco mestrados em Lazer, *Recreación e Tiempo Libre* que foram investigados nesta pesquisa?

Estudos e pesquisas sobre políticas públicas de lazer nos mestrados investigados

À medida que o lazer é considerado como um campo relevante e merecedor de intervenções estatais efetivas, passa a integrar as agendas políticas governamentais, o que significa uma condição indispensável para a implementação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas e sociais nos diferentes países latino-americanos.

Considerando a relevância dessa questão para a presente investigação, foi indagado aos 25 entrevistados se eles tinham conhecimento de estudos ou pesquisas realizadas sobre a temática das políticas públicas de lazer, *recreación, ocio e tiempo libre* no contexto do mestrado a que estavam vinculados. A maioria respondeu negativamente, conforme evidenciam os depoimentos que se seguem:

No han sido temas. Como nuestra maestría está más orientada a lo que es laboral y turístico, las líneas de investigación han ido en esa vertiente.
(E.C.M2.)

Realmente no lo sé porque no me he puesto a investigar que proyectos de tesis o que tesis se realizaron al respecto. No sé realmente, no lo puedo decir. (E.E.M1.)

[...] el tema de investigación de tesis no recuerdo. No, creo que no. (E.C.M1.)

[...] los temas que yo he escuchado son referidos más bien a actividades pero no de política. (E.P1.M2.)

Hasta donde yo sé no. (E.P2.M2.)

No, que yo sepa no. (E.E.M2.)

No, en la maestría que yo recuerde no. (E.C.CR.)

No, en la maestría no se ha hecho. (E.P1.CR.)

No, no se ha realizado ningún tipo de esos estudios. (E.C.E.)

No, no tengo conocimiento. (E.E.E.)

A resposta negativa foi apresentada por entrevistados vinculados aos mestrados profissionais desenvolvidos na Costa Rica, no Equador e no México. Neste contexto, somente duas pessoas indicaram a existência de pesquisas relacionadas à temática das políticas públicas:

Bien, lo que se ha desarrollado más cercano es a nivel institucional. Viendo por ejemplo hay un trabajo que se realizó en la Caja Costarricense del Seguro Social para crear toda una estructura que no existía ahí del área de recreación. [...] Algunas de las cosas que ella había planteado se implementaron, pero no fue todo de la envergadura que ella pretendía. Bueno, entonces fue algo que se intentó a ese nivel, nivel institucional. (E.P2.CR.)

Sí... sobre políticas de ocio incluso tenemos maestrías ya muy específicas no será ahorita sobre las políticas en sí, pero sobre las cuestiones del derecho al ocio. Ya ha habido muchos estudios sobre las cuestiones de las leyes que protegen, promueven la cuestión de acceso a los servicios, al derecho al tiempo libre y todo eso en México. Porque de legislación si hay mucha en México. Siempre decimos en México que no es el problema de leyes, sino el problema de aplicación de las leyes. Entonces si se han hecho estudios de estos. (E.P1.M1)

Os estudos que foram mencionados por esses dois entrevistados constituíram exceções, pois, foi verificado que a temática das políticas públicas não vem sendo pesquisada no contexto dos quatro mestrados profissionais estudados – desenvolvidos na Costa Rica, no Equador e no México. Esta constatação, ao invés de ser considerada

como uma simples limitação, pode ser vista como um estímulo para que a temática comece a ser investigada por professores e estudantes destes cursos de mestrado.

Este resultado foi diferente das respostas enunciadas pelos cinco entrevistados brasileiros. Neste contexto, foi relatado que o mestrado conta com uma linha de pesquisa e com um grupo de estudos direcionado para as políticas públicas de lazer, o que vem possibilitando a realização de diferentes ações:

Neste mestrado tem o grupo Polis, que embora do ponto de vista da pós-graduação, do mestrado, ele tenha uma presença pequena, [...] ele tem uma base importante, ele tem pesquisas importantes, [...] tem publicações, tem livros publicados nos últimos anos, que eu acho que isso legitima e desafia o aprofundamento destes estudos [...]. (E.P2.B.)

Também foram destacadas, pelos entrevistados, algumas pesquisas de mestrado sobre a temática das políticas públicas de lazer. As pesquisas mencionadas já haviam sido desenvolvidas ou estavam em andamento no momento em que os depoimentos foram coletados:

[Foram realizadas] duas dissertações de mestrado na relação com o turismo. Uma, por exemplo, que vai investigar o lazer, as concepções de lazer nas legislações [...] de países da América do Sul, nas Constituições. E outra que mergulha no campo científico que também revela, qual foi a política de produção acadêmica neste campo que possibilitou esse tipo de produção no campo do turismo. Então, isso para mim também é estudo de políticas públicas de lazer. (E.P2.B.)

O mesmo entrevistado situa a temática das políticas públicas de lazer em um patamar de grande relevância. Ele destaca que este tema

[...] é transversal e a gente precisa reconhecer se não vale a pena dar um foco maior nele, no sentido tanto de algum professor que tem uma compreensão e clareza sobre isso e de um desenvolvimento maior de pesquisas específicas nessa área. (E.P2.B.)

Ressalta, ainda, que o estudo da política está ligado a diversas temáticas do campo, sugerindo que

[...] não se precisaria de um professor especificamente nesta área ou se, por exemplo, diferentes áreas poderiam assumir a responsabilidade pelo estudo da política pública. Então [...], por exemplo, como estudar lazer na América Latina sem estudar as políticas de lazer na América Latina, como estudar a

história do lazer para além da história das práticas sociais sem estudar a história das formulações políticas. (E.P2.B.)

É importante assinalar que mesmo os entrevistados brasileiros que se lembraram de algumas pesquisas sobre políticas públicas de lazer, não conseguiram discorrer muito sobre o que foi efetivamente estudado. Assim, a existência de estudos e pesquisas sobre essa temática foi reconhecida pelos cinco entrevistados vinculados ao mestrado do Brasil, mas, de maneira geral, eles apenas falaram pontualmente sobre isso:

Tem sim, o trabalho da Amanda que é voltado um pouco mais pra isso, mas eu não consigo lembrar. [...] e tem o da Tarcila que fez análise. (E.P1.B.).

Tem o trabalho da Amanda, o trabalho da Luciana, da minha turma que eu tenho mais conhecimento, se eu não me engano [tem também] o trabalho da Tarcila. (E.EG.B.)

[...] na minha turma mesmo deve ter umas três que falam sobre o “Segundo Tempo” e outros programas da prefeitura. (E.E.B.)

Pelo que foi exposto, os entrevistados brasileiros sabem que existem pesquisas sobre o assunto no contexto do mestrado ao qual estão vinculados, mas, não evidenciaram um conhecimento mais amplo e articulado a respeito desses trabalhos, tampouco sobre a produção neste campo. Esta constatação também indica a necessidade de buscar um maior aprofundamento de conhecimentos sobre a temática das políticas públicas e sociais de lazer nas cinco propostas de pós-graduação desenvolvidas nos quatro países latino-americanos considerados na pesquisa.

Importância das políticas públicas de lazer na região latino-americana: A visão dos entrevistados

Os entrevistados também foram interrogados quanto à necessidade de desenvolver estudos e pesquisas sobre políticas públicas de lazer na região latino-americana. Foi unânime o posicionamento de que as pesquisas sobre essa temática são necessárias e importantes. Contudo, como pode ser visualizado a seguir, as justificativas

elaboradas para fundamentar as respostas foram diversificadas, diferindo também no contexto de cada proposta formativa.

Considerando o mestrado mais antigo entre os cinco que foram estudados na pesquisa, um aspecto destacado por um dos entrevistados vinculados à URMH evidencia o potencial do campo do lazer para minimizar alguns dos problemas existentes nas realidades sociais latino-americanas:

[...] En este momento México, a nivel mundial, está catalogado como un país violento, cuando los que nos dedicamos a la recreación creemos que hay muchas cosas por hacer [...]. Y hablar ya de Latinoamérica, pues, nos abriría ya un preámbulo o nos conectaría como países y que todo el mundo respetaría la recreación y que sería algo importante para reducir estos niveles que tenemos. Pues es que Brasil tiene problemas de delincuencia, Colombia tiene problemas, Ecuador, Perú. [...] Entonces hablar de cuestión política con la recreación creo que sería o es una de las salidas que podría tener cada uno de los gobiernos y en general toda Latinoamérica para reducir todos esos males que tenemos. (E.P2.M1)

Essa preocupação, apesar de ser legítima e bem intencionada, sugere uma visão parcial e romântica da realidade ao vislumbrar a *recreación* como uma “saída” para reduzir problemas sociais. Este tipo de pensamento é bastante comum e foi discutido por diversos autores, tais como Padilha (2003). A autora foca sua atenção no discurso da utilização do lazer de forma compensatória, para suprir necessidades e resolver problemas próprios do mundo do trabalho. Metaforicamente, Padilha questiona se o lazer é o remédio para a doença do trabalho.

Para responder a esta questão, argumenta-se que este uso do lazer contribui para a manutenção do sistema vigente, uma vez que não favorece a crítica e a reflexão necessárias para a mudança. Ao contrário disso, a melhoria das condições de lazer está intimamente atrelada à melhoria das condições de trabalho e de vida da população. Neste contexto, o homem precisa emancipar-se do capitalismo e articular-se com o objetivo de construir uma sociedade focada no bem comum, minimizando e até

acabando com a desigualdade social. Do contrário, tanto o trabalho quanto o lazer correm o risco de continuar sendo práticas humanas alienantes (PADILHA, 2003).

Sendo o lazer uma prática social dialética, além de dialogar com o contexto ele apresenta ambiguidades e contradições. Assim, por um lado, pode reforçar iniquidades, injustiças, alienações e opressões sociais. Mas, por outro lado, o lazer pode representar uma possibilidade de compreensão da nossa condição humana e social. Segundo Gomes; Elizalde (2012), este paradoxo põe em realce o potencial transformacional e crítico do lazer, ampliando as chances de que sua vivência cotidiana instigue a reflexão sobre a realidade em que vivemos. Além disso, o lazer pode cumprir um papel importante ao, potencialmente, permitir a expressão das tensões e contradições existentes em cada sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir com a transformação social comprometida com a construção de sociedades mais equitativas (ELIZALDE, 2010). Sendo assim, o lazer não deveria ser encarado como um remédio para a problemática social cujo objetivo seja aliviar as tensões ou compensar os dilemas que marcam a nossa vida social.

Outro entrevistado salientou a importância de conhecer e estudar a temática das políticas públicas como ponto de partida para desenvolver projetos de intervenção:

[...] mientras no conozcamos esta parte de las políticas a fondo, mientras no sepamos cómo llevarlas a cabo, qué tan viables son, pues no vamos a poder desarrollar proyectos de intervención. Necesitamos investigar para conocer, para saber el terreno que pisamos y cómo vamos a intervenir. (E.EG.M1.)

Complementando essa reflexão, em outra entrevista foi indicado que a tarefa de despertar o interesse pela questão política é uma responsabilidade dos próprios profissionais do campo do lazer, o que pode ser visto como um incentivo para que o tema comece a ser aprofundado no mestrado:

[...] nosotros somos los que vamos a empezar a hacer esto, o sea, este interés sobre la cuestión de las políticas, experiencias, las propias funciones, los propios beneficios. (E.P1.M1.)

Uma das entrevistas salientou o valor das práticas comunitárias e indicou que, em contextos neoliberais, os Estados, governantes, o terceiro setor e até mesmo o setor privado têm uma responsabilidade social a desempenhar. Foi explicado que quando o Estado não financiar ou organizar projetos comunitários recreativos, precisa legislar a este respeito:

Creo que el tema de la recreación se presta en alto grado [...] porque estas prácticas son comunitarias, son sociales. Entonces, por lo tanto, que visión tiene un gobernante, que visión tiene una institución para promover que eso se siga dando. Porque aunque estamos en el momento del neoliberalismo, con el tercer sector siguen promocionándose prácticas porque el Estado no entrega su responsabilidad social en el tema. Tiene que provocar que participen y que la gente también despierte a participar en lo privado sin fines de lucro. Pero el Estado tiene que seguir haciendo. Si no es en el financiamiento y organización de proyectos comunitarios en ese sentido, sí tiene que seguir legislando al respecto. (E.C.M1.)

Por um lado, este depoimento evidencia uma relevante preocupação com a busca de alternativas para que os projetos comunitários recreativos sigam acontecendo independente das circunstâncias. Por outro lado, tal encaminhamento pode reforçar uma postura conformista caso o Estado não cumpra adequadamente as suas responsabilidades sociais junto à população – notadamente, no que se refere aos segmentos populacionais mais pobres do ponto de vista material.

Como foi tratado nos tópicos anteriores, o papel desempenhado pelo Estado no âmbito das políticas públicas é fundamental. Afinal, cabe a ele a responsabilidade de implementar, efetivar e manter políticas públicas comprometidas com o atendimento das necessidades básicas de toda a população, o que obviamente precisa considerar as suas necessidades de lazer. Isso se torna ainda mais relevante em contextos marcados por desigualdades sociais tão perversas como ocorre em toda a América Latina. Além disso, estão em jogo relações de poder e interesses que interferem substancialmente nos

padrões de distribuição de riqueza e de renda adotados, influenciando também a postura assumida pelo Estado e pelos governos diante das desigualdades, exclusões e acessibilidade ao lazer. Neste âmbito, frequentemente o lazer deixa de ser concebido como um direito para ser tratado como um produto a ser consumido na forma de bens e de serviços massificados.

Sousa *et al* (2011, p.28) colaboram com essa discussão ao afirmar que, sendo o lazer um direito social, é preciso lutar para que ele exista, de fato, na vida de todos. Caso contrário, continuará “sendo um privilégio de poucos que possuem os bens econômicos, culturais e educacionais para acessá-lo”.

Em uma das entrevistas realizadas na *Universidad YMCA* foi enfatizado que, para que as políticas públicas sejam efetivadas, é preciso começar a tratar do tema com comprometimento, tendo em vista evitar que sejam perdidas as conquistas sociais e políticas neste âmbito:

[...] creo que es por ahí por donde tenemos que empezar por toda la parte de políticas y legislación sobre la recreación. Aquí en México ya teníamos una Subsecretaría de Recreación en algún período y perderla creo que fue una gran parte como de retroceso. (E.C.M2.)

A temática das políticas públicas foi abordada de forma associada ao turismo em uma das entrevistas, o que não foi muito comum entre os demais voluntários da pesquisa. O turismo foi relacionado com a temática aqui estudada por meio do exemplo das férias, como pode ser verificado no seguinte relato:

Sería bueno porque, por ejemplo, yo lo veo, si turismo puede ser un poquito más arriba, o sea un concepto más que conocemos más, o más del dominio público, la parte de ocio, de recreación, de tiempo libre casi no se maneja y es bien importante porque si bueno pues si las vacaciones, pero las vacaciones para qué, o qué tipo de vacaciones, o qué calidad de vacaciones podemos tener. Y si, yo siento que si es bien importante. (E.P1.M2.)

Considerando o que foi indicado nesta entrevista, o turismo e as férias poderiam ser abordados pelas políticas públicas de lazer de forma mais ampla. Cabe ressaltar que

o turismo foi reconhecido como um direito pela Organização Mundial do Turismo (OMT). Reunida no Chile em outubro de 1999, a OMT instituiu um documento denominado “Código Mundial de Ética do Turismo”. Este manuscrito é composto por dez artigos e tem como uma de suas finalidades “[...] promover um turismo responsável e sustentável, acessível a todos no quadro do direito que qualquer pessoa tem de utilizar o seu tempo livre em lazer ou viagens, e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos”. (OMT, 1999, p.2)

Complementando a entrevista anteriormente citada, o Código Mundial de Ética do Turismo afirma que:

O direito ao turismo para todos deve ser visto como corolário do direito ao repouso e aos tempos livres, e nomeadamente do direito a uma razoável limitação da duração do trabalho e licenças periódicas pagas, garantido no artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e no artigo 7.1 do Pacto Internacional relativo aos direitos económicos, sociais e culturais. (OMT, 1999, p.12)

Considera-se importante salientar que o artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos trata do direito ao lazer e às férias vinculando-os ao trabalho produtivo formal, algo que nem sempre é avaliado, tampouco problematizado quando se faz menção a esse “direito universal” – que, nitidamente, se trata de uma construção ocidental, como assinalado por Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010). Isso evidencia a relevância de empreender estudos e pesquisas mais aprofundadas sobre a questão do direito ao lazer.

Refletindo sobre o lazer e as políticas públicas, outra entrevista critica a sua vinculação com propostas eleitorais que têm como finalidade primordial a cooptação de votos que garantam a permanência de grupos hegemônicos no poder:

Sí, sería muy interesante porque yo detecto particularmente en la situación de la ciudad de México que esas políticas existen. Y es cierto que en el contexto político y el tipo de lucha política que hay aquí muchos lo identifican como acciones electoreras. Como acciones para ganar la

simpatía de la población y conseguir el voto para que siga este partido en el poder. (E.E.M2.)

Apesar de ser comum, este tipo de estratégia é problemática e, por isso, precisa ser repensada e superada. Como esclarece Bonalume (2007), há um jogo de interesses por trás das ações políticas. Esta condição origina-se na forma como o processo de tomada de decisões está organizado em cada país e como são divulgadas as informações ao cidadão eleitor, que encontra dificuldades para identificar as responsabilidades individuais e, até mesmo, os interesses ocultos por trás das aparências.

Tal situação evidencia algumas das fragilidades das democracias representativas atuais, que, em muitos casos, se transformam em “democracias publicitárias”. Não é raro que os processos eleitorais sejam impulsionados por estratégias de marketing, ou seja, pela maior efetividade de sua propaganda. Assim, fica restrito o conhecimento sobre as ideias de candidatos que deveriam representar os pontos de vista e as opiniões dos eleitores.

Outro aspecto mencionado por um dos entrevistados ressalta que as políticas públicas na área precisam ser pensadas com base nas necessidades dos próprios indivíduos para se obter melhores resultados:

[...] al crear una serie de políticas que van a ir pensando en las necesidades de los individuos y en las realidades de cada uno de ellos, vamos a poder crear estos grupos de trabajo en los cuales, al final de cuentas, tu puedas observar cómo vas a poder atacar, y cómo vas a poder sacar, yo siempre pienso en la parte social, a través del ocio y el tiempo libre. [...] lo veo desde la política de México en un momento en que estamos viviendo una situación política, económica, social muy fuerte. Si tuviéramos más actividades de ocio, si estuviéramos más encaminados hacia esa parte, tendríamos mejores resultados. (E.EG.M2.)

No caso dos entrevistados da Universidade da Costa Rica, um deles entende que a política é essencial para promover mudanças sociais mais consistentes. Conforme pode ser verificado no depoimento que se segue, foi evidenciada a importância de

instrumentalizar os estudantes do mestrado para que eles estejam preparados para realizá-las:

Sin la política no podemos hacer cambios sociales estructurales que sean duraderos. [...] A nivel privado se pueden hacer cosas, pero la estructuración del Estado no va a cambiar por eso. Necesitamos también atacar ese frente. Y sobre todo si queremos hacer un impacto que sea duradero. Y eso implica entonces entregar herramientas al estudiantado para que sepan cómo generar cambios en el Estado. Cambios para que se generen políticas de Estado para que se convierta en una prioridad la recreación y para que existan programas para que el Estado ofrezca para que la población pueda recrearse. O programas que sean educativos para que la población aprenda cómo recrearse. Cómo convertir su tiempo libre en un tiempo de ocio, en un tiempo bien aprovechado. (E.P2.CR.)

Além disso, foi salientada a relevância de efetivar os direitos inscritos nas leis, renovando-as e atualizando-as, porque elas orientam as ações realizadas pelo poder público.

Creo que las instituciones como tales, ministerios, municipalidades y todo, están en su deber de utilizar lo que estaba escrito en el papel y llevarlo a cabo. [...] Ahora siento que acá se está tratando de ver mucho el deporte y simular mucho lo que es la recreación para la población joven, para los niños y todo. Se está tratando de abrir espacios. Y si, definitivamente las políticas y las leyes se necesitan y creo que hay que igual renovar. (E.EG.CR.)

Como foi explicitado pelos entrevistados, algumas ações no campo das políticas públicas vêm sendo desenvolvidas na Costa Rica, sendo relevante desenvolver estudos sobre a temática.

Los estudios bien elaborados hacen que los políticos, de alguna forma, vean eso establecido [...]. ¿Por qué tienen que haber políticas públicas más sobre recreación? Ahora la ley lo favorece, la ley del Instituto Costarricense del Deporte y la Recreación, hay una ley bonita de la recreación. Ahí está. Y el gobierno es el responsable de llevar la recreación al país. (E.C.CR.)

A existência de ações públicas na área da cultura também foi ressaltada em outra entrevista realizada na Costa Rica:

Porque muchas veces se hacen actividades, aquí esas que yo le mencioné que se hacen en verano. No necesariamente que se dé énfasis en la recreación, como el ministerio de cultura. Pero son actividades recreativas que no se ven con ese énfasis, verdad, en que pienso que es muy importante que se valore la importancia de la recreación en ese sentido. (E.E.CR.)

Tais reflexões evidenciam a importância de pensar em políticas públicas de lazer que sejam transversais, intersetoriais e sinérgicas, de modo que uma ação em um campo seja capaz de potencializar aquelas realizadas em outros âmbitos. Algo que muitas vezes fica restrito ao plano do discurso, pois, ainda são poucas as iniciativas que constituem estratégias efetivas no campo das políticas públicas em geral.

No que se refere aos entrevistados vinculados ao mestrado do Equador, alguns também indicaram ser preciso transformar a percepção restrita que ainda se tem sobre o campo, coincidindo com o que também foi afirmado por entrevistados do México e da Costa Rica:

[...] una política primero tiene que cambiar el pensamiento del país. Entonces, realmente aquí en el Ecuador se está ayudando a cambiar la educación, se está ayudando al deporte. Pero es muy difícil ingresar en ese mundo porque ellos no entienden el tiempo libre como una ciencia y como algo que nos puede ayudar. Sino más bien como un juego, como algo donde usted va a decir ¿y qué es el tiempo libre y el ocio? Usted se va dedicar a jugar, se va dedicar a pasar el tiempo. Es muy necesario que ellos vean los beneficios que trae. Entonces, si, si, si, sería muy bueno cambiar las políticas. Más que todo empezar por el país y luego ir desarrollando otras para que se alcance a nivel latinoamericano. (E.E.E.)

A abrangência do lazer e seu entendimento parcial e limitado foram salientados por Marcellino (1996, p.23) como o primeiro aspecto a considerar quando se trata das políticas públicas, uma vez que essa limitação pode ser constatada “na ação dos órgãos públicos, na pesquisa, na legislação, etc.”

As políticas públicas também foram consideradas, em outra entrevista realizada no Equador, como algo essencial para contribuir com a qualidade de vida da população:

O sea, hacerles ver que dato que emite en políticas públicas van a contribuir a la calidad de vida de la población, porque el ocio es uno de los parámetros para medir la calidad de vida de una persona. Si la gente no tiene ocio ya estamos incumpliendo un parámetro de la calidad de vida. (E.E.G.E.)

Além do que foi salientado no relato anterior, torna-se importante saber se os proponentes das políticas ou dos programas sociais chegam aos sujeitos objetivados e se realmente estão interessados em proporcionar benefícios às pessoas e em constituir

outras políticas educativas. Em uma das entrevistas foi mencionado que é preciso marcar as linhas do ponto de vista governamental, deixando claras as intencionalidades e os interesses que mobilizam as políticas públicas encarregadas de prestar serviços públicos na área:

Es necesario desde el punto de vista gubernamental marcar las líneas, cada una de ellas y en conjunto la sociedad latinoamericana. Y una línea de acción o de actuación la determina la política, aparte de concebir a la política en su sentido de poder. Pero fundamentalmente viendo la política como línea de actuación eso les podrá permitir a las agrupaciones de recreación, de ocio o de juego, etc., marcar un rumbo. Integrar la recreación como un servicio público, que privado hay mucho, pero como un servicio público para que las sociedades y en conjunto la sociedad latinoamericana disfrute de este tipo de servicio. En ese sentido se pueden diseñar postgrados, se pueden ver avances e impactos de los servicios, qué tipo de servicio debe ser, evitando un poco imitar porque a veces imitamos los servicios de otros lugares y queremos instituirlos en nuestro país. (E.P2.E.)

Neste depoimento observa-se uma preocupação em desenvolver propostas coerentes com cada realidade. Afinal, nem sempre aquilo que é importado de outros países ou de outros contextos é adequado a realidades locais e singulares – como explicado, por exemplo, por Gomes (2011) e por Tabares; Molina (2012).

No caso dos entrevistados vinculados ao mestrado do Brasil, as respostas também foram diversificadas e revelam uma motivação pelo desenvolvimento de estudos que aprofundem a questão das políticas públicas nos países latino-americanos, assim como sobre alguns aspectos relacionados à gestão destas políticas.

[...] os conhecimentos que eu tenho sobre as realidades latino-americanas são muito pequenos, então eu não posso dizer muito, mas eu acho que é fundamental desenvolver pesquisas sobre isso, até porque nós temos experiências diversas. [...] As pesquisas, eu diria que descritivas, que possam ajudar a gente a mapear esta realidade, são fundamentais. (E.C.B.)

Porque de gestão ninguém sabe nada, tem que fazer um “senhor” trabalho, não só de compreensão de busca do conhecimento, como também de intervenção neste campo da gestão, das políticas. (E.P1.B.)

Outro entrevistado explicitou que produzir conhecimentos sobre a temática das políticas públicas de lazer é importante porque, desta forma, pode-se colaborar com a articulação entre a teoria e a prática:

O eixo de problematização e de produção do conhecimento no campo da política pública de lazer talvez seja da máxima urgência, porque ela vai ligar estes dois campos, ou melhor dizendo, ela vai reconhecer aquilo que nunca foi separado, que é o lugar da teoria e o lugar da prática social. Na verdade, isso nunca se separou, nós é que olhamos diferente para isso. (E.P2.B.)

Ao considerar aspectos distintos daqueles que foram salientados anteriormente, um dos entrevistados destaca ser importante ampliar o acesso a diferentes vivências, diversificando assim os conteúdos culturais do lazer:

É fundamental porque, como eu disse lá no início, nem todo mundo tem acesso a uma vivência de lazer mais ampla, mais abrangente. Por via das políticas públicas isso se torna mais acessível, por essa via as pessoas podem ter acesso a outros conteúdos, as pessoas não vão ficar tão na mão da indústria do entretenimento, da indústria cultural, da televisão, da mídia de uma forma geral, dos meios de comunicação. [...] (E.EG.B.)

Foi também pontuado que o lazer é um direito social e, por isso, é essencial compreender com quais objetivos as políticas públicas são formuladas e de que maneira os programas estão sendo implementados para a população.

Se a gente considera, pelo menos aqui no Brasil, que o lazer é um direito das pessoas, eu acho que tem que pensar como esse direito está sendo proporcionado para as pessoas e quais sentidos o lazer tem para os programas e para as pessoas; se as pessoas estão cientes das ações ou não. Eu acho que tem que pensar com quais objetivos as políticas são pensadas. (E.E.B.)

Ao entender o lazer como um direito social em uma perspectiva mais ampliada, sua realização significa algo profundo que envolve vários elementos, os quais possibilitam dinâmicas inter-relações. Entre esses elementos podem ser citados: a qualidade de vida individual e coletiva, o desenvolvimento humano, o reconhecimento de identidades/diversidades culturais, a criatividade social e tantos outros, que, em conjunto, podem abrir portas para a transformação social.

Transformar realidades injustas e excludentes se torna fundamental, pois, como assinala Repetto (2005, p.18), os problemas sociais da América Latina não são somente ligados à pobreza material. Eles incluem também questões vinculadas com outros

fenômenos substantivos, interpelando de modos distintos as políticas públicas levadas adiante por diversos países da região.

Tudo isso instiga o repensar sobre o alcance das políticas públicas e sociais de lazer em termos de sua operacionalização, o que ainda constitui um desafio pendente a ser superado, sobretudo quando se pensa nas peculiaridades dos diferentes países latino-americanos.

Considerações finais

Embora a relevância das políticas públicas e sociais de lazer (e termos correlatos em espanhol, como *recreación, ocio e tiempo libre*) tenha sido uma unanimidade entre os entrevistados dos cinco mestrados investigados, foi possível constatar que ainda são incipientes as pesquisas e os estudos sobre essa temática neste contexto. Esta realidade destaca a urgência de problematizar e aprofundar conhecimentos teórico-práticos neste âmbito, tendo em vista ampliar as demandas sociais no campo do lazer para que este mobilize intervenções estatais e integre as agendas políticas governamentais. Ações como estas podem contribuir para a garantia de uma vida cidadã ativa e participativa para os latino-americanos.

Considerando os depoimentos dos entrevistados e complementando algumas de suas ideias, ressalta-se a importância de envolver diferentes sujeitos e instituições nos desafios expostos. O setor público, por meio do planejamento e desenvolvimento de ações transversais, intersetoriais, interinstitucionais, participativas, sinérgicas e prospectivas. O setor privado, ampliando suas iniciativas e práticas vinculadas com a responsabilidade social empresarial. O terceiro setor, contribuindo com novos olhares e sendo uma ponte entre os atores envolvidos. Será de vital importância considerar, ainda,

as contribuições advindas da própria comunidade, para o qual pode ser de grande valor escutar as perspectivas das lideranças comunitárias e dos grupos engajados no campo das políticas públicas e sociais de lazer. Destaca-se, também, a importância das contribuições que as universidades e o campo acadêmico podem fazer neste âmbito. Algo que é um desafio especial para todos os mestrados estudados e para as instituições que os realizam.

Nesta direção, outro aspecto a ser mencionado relaciona-se com a necessidade de realizar um duplo movimento, que consiste em: contemplar o direito ao lazer nos aparatos legais, paralelamente à mobilização de ações estatais e governamentais comprometidas com a efetivação deste direito, para que ele não fique restrito ao plano do discurso. Seguindo essas ideias, é imprescindível pontuar que ou os direitos são para todos ou eles passam a ser privilégios.

Por isso, é essencial ressaltar a importância das políticas públicas e sociais não somente para possibilitar o acesso das populações ao lazer, mas também, e, sobretudo, para instrumentalizá-las em dois sentidos: (a) para que compreendam as causas que permitem a perpetuação de desigualdades em diferentes âmbitos da vida e (b) para que possam se apropriar das condições efetivas que permitam superar situações de exclusões – inclusive no que diz respeito ao lazer, direito social aqui considerado.

Finalmente, é relevante destacar que frente ao descrédito atual da política, e de tudo aquilo que está vinculado a ela, sem dúvida o acionar político pode fazer uma valiosa contribuição para promover as mudanças radicais e estruturais que os países latino-americanos precisam. Como elucidou Paulo Freire, todo ato educativo é um ato político. Portanto, a intencionalidade político-educativa precisa ser explicitada e servir

de guia para abrir caminhos visando a construção de sociedades latino-americanas solidárias, democráticas e participativas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Célia. Equidade e reforma setorial na América Latina: um debate necessário. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18 (Suplemento), p.23-36, 2002.

AMARAL, Silvia C. F. Políticas Públicas. In: GOMES, Christianne L. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.181-185.

BONALUME, Cláudia R. Controle Social das Políticas de Esporte e Lazer. In: MENDES, Maria Isabel B. S.; MAIA, Lerson Fernando S.; OLIVEIRA, Marcus Vinícius F. (Org.). **Poder público, terceiro setor e controle social: Interfaces na construção de políticas de esporte e lazer**. Rio Grande do Norte: Editora do CEFET-RN, 2007.

CEJA-MENA, Concepción. La política social mexicana de cara a la pobreza. **Geo Crítica Scripta Nova, Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Universidad de Barcelona, v.8, n.176, nov., 2004. Disponível em: www.ub.edu/geocrit/sn-176.htm.

ELIZALDE, Rodrigo. Resignificación del ocio: Aportes para un aprendizaje transformacional. In: **Revista Polis**. Santiago, v.9, n. 25, p.437-460, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n25/art26.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2012.

GOMES, Christianne L. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. In: **Revista Licere**. Belo Horizonte, v.14, n.3, set., p.1-25, 2011. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/sumario.html?ed=29>. Acesso em: 27 mar. 2012.

_____. ; ELIZALDE, Rodrigo. Análise teórico-conceitual do lazer e da recreação na América Latina. In: _____. **Horizontes Latino-americanos do Lazer/Horizontes Latinoamericanos del Ocio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p.63-86.

_____. ; PINHEIRO, Marcos, LACERDA, Leonardo. **Lazer, turismo e inclusão social: Intervenção com idosos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

HÖFLING, Eloisa M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n.55, nov., 2001.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MAINGON, Thais. Política social em Venezuela 1999-2003. **Cuadernos del CENDES**, v. 21, n.55. Tercera Época, p.48-49, 2004.

MARCELLINO, Nelson C. Subsídios para uma política de lazer - O papel da administração municipal. In: _____. (Org.). **Políticas públicas setoriais de lazer: O papel das prefeituras**. São Paulo: Autores Associados, 1996. p.23-30.

MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos In: ISAYAMA, Hélder F.; LINHALES, Meily A. (Org.). **Sobre lazer e política**. Maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PADILHA, Valquíria. Se o trabalho é doença, o lazer é remédio? In: MÜLLER, A; COSTA, L.P. (Org.). **Lazer e Trabalho: Um único ou múltiplos olhares?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p.243-266.

RAMOS, Alicia M.O. **Os significados de ocio/recreación em Constituições de países latino-americanos de língua espanhola**. 2012. Dissertação (Mestrado em Lazer) Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, Belo Horizonte, 2012.

REPETTO, Fabián. **La dimensión política de la coordinación de programas y políticas sociales: Una aproximación teórica y algunas referencias prácticas en América Latina**. Guatemala: INDES, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Código Mundial de Ética do Turismo**. 1999. Disponível em: <ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/portugal.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2012.

SOUSA, Eustáquia S.; *et al.* **Sistema de Monitoramento & Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 8, n.16, jul/dez, p.20-45, 2006.

TABARES, Fernando; MOLINA, Víctor. Prefácio. In: GOMES, Christianne L.; ELIZALDE, Rodrigo. **Horizontes Latino-americanos do Lazer/Horizontes Latinoamericanos del Ocio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p.9-25.

TELLES, Vera. **Direitos Sociais: Afinal, do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Endereço dos Autores:

GRUPO OTIUM/CELAR/EEFFTO/UFMG
Av. Antonio Carlos 6627 – Campus UFMG, Pampulha
Belo Horizonte – MG – 31270-901
Endereço Eletrônico: chris@effto.ufmg.br